

**A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA  
GUERRA MUNDIAL:  
PRIMEIROS MOVIMENTOS (1942-44).**

**Paulo Sérgio da Silva**

Doutor em História. Professor do Instituto de História da  
Universidade Federal de Uberlândia.  
e-mail: paulosilva@ufu.br

**&**

**Honorato C. Chagas**

Bacharel e licenciado em História pelo Instituto de História da  
Universidade Federal de Uberlândia.  
e-mail: nora.udi@hotmail.com

SILVA, Paulo Sérgio da. & CHAGAS, Honorato C. A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: primeiros movimentos (1942-44). *albuquerque* – revista de história. vol. 8, n.º 15. jan.-jun./2016, p. 108-128.

**Resumo:** Sabe-se que promover a guerra exige um esforço civil e militar coordenado, demanda recursos financeiros, materiais e humanos, além de um intrincado exercício de logística, coordenação e gerenciamento, mediante um empenho amplo e irrestrito que envolve toda a nação. Nesse sentido, considerando-se que em agosto de 1942 o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, o presente artigo aborda, analisa e discute a adoção, a implantação e a execução das medidas tomadas pelo governo de Getúlio Vargas em busca dos recursos financeiros, abastecimento de materiais, reorganização produtiva e treinamento da defesa passiva civil, prévias ao envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao campo de batalha, nessa aventura que foi a participação do país na segunda guerra mundial.

**Palavras-chave:** Brasil, Segunda Guerra Mundial, Guerra.

**Abstract:** Promoting war requires coordinated efforts from military officers and civilians, demands financial, material and human resources, as well as an intricate logistics, ingenious coordination and a calculated management determined by the full and unrestricted commitment of the whole nation. In this sense, and considering that in August 1942 Brazil declared war on the Axis countries, this article addresses, analyzes and discusses the adoption, implementation and enforcement of the measures taken by Getulio Vargas' government to reach financial resources, materials supply, productive reorganization and training of civil passive defense, previous elements to the sending of Brazilian Expeditionary Force (BEF) to the battlefield, to this thorny adventure that was the country's participation in World War II.

**Key-words:** Brazil, World War II, belligerence.

## Introdução

**P**or mais que a guerra, em todas as suas formas, suscite geralmente horror, não se pode apagá-la da história humana, porque as principais mudanças de uma fase para outra no mundo ocidental foram, em grande parte, seus produtos.<sup>1</sup> Ela é um dos determinantes fundamentais do sistema internacional, favorece a sobrevivência ou a eliminação de certas unidades políticas, garante expansões, fomenta declínios, estipula fronteiras, mantém ou substitui governos, cria e/ou soluciona conflitos e possibilita o equilíbrio de poder ou a preponderância de um ou outro país no cenário regional ou global.<sup>2</sup>

Contudo, a guerra não deixa de ser um instrumento a serviço da política. Trata-se da sua continuação, respondendo ambas às regras da mesma gramática, ainda que suas sintaxes sejam diferentes. Constitui-se num dos meios que as unidades políticas soberanas, dotadas da capacidade e vontade para distinguir as suas constelações de amigos e de inimigos, usam entre si para impor suas vontades, alcançar determinados objetivos, conseguir vantagens, defender interesses, impedir insubordinação e/ou domar as desobediências.<sup>3</sup>

Recorrente na história humana, a guerra não é um empreendimento fácil, ela demanda recursos, organização, táticas e estratégias, tanto na perspectiva do ataque, quanto na órbita da defesa, suas duas principais faces. Se a beligerância autoriza e orienta que um Estado promova prejuízos estratégicos, materiais e humanos ao seu oponente, ela implica, também, um duplo risco: a possibilidade de derrota no campo da batalha, em face de uma inadequada preparação material e humana e/ou erros estratégicos ou táticos e a temeridade de sofrer um contra-ataque em seu próprio território, capaz de atribuir ao

---

<sup>1</sup>BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política - a filosofia e as lições dos clássicos**. trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 510.

<sup>2</sup>BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002.p. 214.

<sup>3</sup>BOBBIO, Norberto. op. Cit., p. 34.

ofensor semelhantes prejuízos aos que se propunha causar ao seu inimigo declarado. Portanto, a guerra é sempre uma partida arriscada.

A partir de 1939 o ocidente presenciou o aparecimento de um conflito que rapidamente tomou ampla escala. Veio à tona um embate, no qual aproximadamente sessenta milhões de homens pegaram em armas e que resultou na morte de cerca de quarenta e cinco milhões de pessoas, sendo que desse total, uma boa parte foram vítimas civis, abatidas em decorrência de bombardeios, ataques, tiroteios, fuzilamentos e/ou massacres, ou mesmo, em virtude da fome.<sup>4</sup>

No desenrolar da segunda guerra mundial, em dado momento o Brasil viu-se diante de um impasse: juntar-se aos países do eixo, entre os quais se encontrava a Alemanha, com quem mantinha importantes relações comerciais ou unir-se aos aliados, em sintonia com os Estados Unidos, significativo parceiro econômico.

Por estar estrategicamente posicionado, Adolf Hitler cobiçava o território brasileiro com a perspectiva de utilizá-lo como trampolim para atacar os EUA. Despertava-lhe, também, especial interesse os recursos naturais do país, úteis no suporte as forças nazistas quando essas estivessem no território americano.<sup>5</sup> Já Washington viu no território brasileiro a solução para interligar as suas rotas aéreas e marítimas com a Europa, permitindo-lhe vencer com segurança o oceano Atlântico. Assim sendo, rapidamente, consolidou-se o interesse norte-americano pela região nordeste do Brasil, especialmente, por Natal, ponto territorialmente mais próximo entre a Europa e as Américas.<sup>6</sup> E, evidentemente interessava, também, ao norte-americanos os vastos recursos naturais brasileiros que a época era o maior produtor mundial de café, um importante fornecedor de carne em conserva, o possuidor de incalculáveis reservas minerais de carvão, bauxita, ferro, entre outros, além de detentor de uma considerável produção de borracha de altíssima qualidade advinda da região amazônica.<sup>7</sup>

Cobiçado por ambos os lados, Getúlio Vargas explorou ao máximo as oportunidades criadas pela concorrência entre os interesses táticos e estratégicos norte-

---

<sup>4</sup>COGGIOLA, Osvaldo. Natureza da Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org). **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: USP, 1995. p. 37.

<sup>5</sup>A ALEMANHA está procurando arrastar o Brasil a um estado de beligerância ativa. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 22 ago 1942. 1º caderno, p. 1- 2.

<sup>6</sup>TEMPONE, Victor. **O Brasil Vai à Guerra: a inserção brasileira em um conflito global**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UERJ, Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em História Política). p. 118-119.

<sup>7</sup> ACENTUADA a importância dos vastos recursos do Brasil. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 5 nov. 1942, 1º caderno, p. 16

americanos e alemães. Procurou obter benefícios e aumentar o poder de barganha do país<sup>8</sup> em prol de seus dois maiores desígnios, que eram: reequipar as forças armadas e obter a tecnologia e os recursos financeiros para construir uma grande siderúrgica nacional.

Fazia algum tempo que os militares pleiteavam o reequipamento das forças armadas, principalmente o exército, para tanto o governo Vargas encomendara material bélico da Alemanha em 1938 e 1939 e, mesmo com o início do conflito, pleiteava recebê-los. Em 1940, Getúlio reuniu-se com Kurt Prüfer, embaixador alemão no Brasil e obteve a promessa de que ao fim da guerra, a Alemanha restabeleceria e expandiria as relações mercantis entre os dois países.<sup>9</sup> Acreditava-se que a empresa alemã Krupp tinha interesse na construção da usina siderúrgica em solo nacional e foi-lhe garantido que sendo o comércio entre as duas nações restabelecido, o pagamento pelos produtos pátrios dar-se-ia com o provimento de equipamentos para construção da siderúrgica.<sup>10</sup>

Por outro lado, os brasileiros tentavam comprar armamentos e munições dos EUA que, todavia, recusavam-se a repassarem ao país os equipamentos que os militares almejavam.<sup>11</sup> Porém como o projeto siderúrgico era considerado mais urgente pelo governo Vargas, os norte-americanos aproveitaram-se dessa demanda e, em setembro de 1940, a questão da instalação de uma usina siderúrgica foi contemplada mediante um acordo, assinado entre EUA e Brasil, de auxílio técnico e financeiro para a tão esperada instalação.<sup>12</sup> Tal feito fez a balança pender em favor de Washington.

Ao optar por vincular-se a um dos parceiros em combate, no caso o norte-americanos, o Brasil tornou-se alvo do beligerante preterido, a Alemanha. Nesse cenário, em agosto de 1942, ataques alemães a diversos barcos brasileiros geraram comoção e protestos em todo o país, uma resposta enérgica passou a ser esperada e apoiada por muitos setores da sociedade nacional.<sup>13</sup>

---

<sup>8</sup> MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1951: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012. p. 51.

<sup>9</sup> TEMPONE, Victor. Op. cit. p.131.

<sup>10</sup> Ibid.

<sup>11</sup> Ibid. p. 56.

<sup>12</sup> Ibid. p.136.

<sup>13</sup> NOVAS demonstrações de protestos contra o afundamento dos nossos navios. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 22 ago. 1942, 1º caderno, p. 5. e VIBRANTE e enérgica reação da alma popular bandeirante em face da declaração de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 23 ago. 1942, 1º seção, p. 1.

Em 21 de agosto de 1942, o Ministro da Guerra, o General Gaspar Dutra fez uma contundente proclamação ao Exército. Sustentou que o Brasil estava triste e irado com os ataques à marinha mercante pelos corsários alemães e informou que a defesa da nacionalidade e da soberania nacional viria na forma de emprego de toda a força militar em desfavor da Alemanha.<sup>14</sup> No dia seguinte, após uma reunião no palácio da Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, decidiu-se que “diante da comprovação de atos de guerra contra a nossa soberania reconhecia-se a situação de beligerância em desfavor da nação agressora e de seus aliados”, estava formalmente declarada a guerra contra os países do Eixo.<sup>15</sup>

Após a decisão do Brasil, Itália e Alemanha emitiram notas afirmando que tal iniciativa não foi uma surpresa para ambos, uma vez que o país já assumira, anteriormente, o apoio aos norte-americanos. Destacaram que até aquela data, 24 de agosto, não haviam sido comunicadas oficialmente da decisão. A Alemanha alegou em seu documento que já advertira Vargas a respeito de possíveis ataques a sua marinha mercante, em situações de colaboração ou a serviço dos aliados e encerrou, afirmando que a partir daí atacariam todas as embarcações da nação que tentassem levar suprimentos aos aliados.

O fato é que as relações entre Brasil e a Alemanha foram deteriorando-se progressivamente, na visão dos alemães o Brasil adotou contra eles paulatinamente uma atuação de beligerância ao favorecer os EUA e os seus parceiros envolvidos no conflito. Segundo os germânicos a neutralidade foi violada pelos próprios brasileiros ao se tornarem fornecedores de matérias primas fundamentais aos aliados. Na ótica do Brasil, os ataques aos navios nacionais tornaram imprescindível a adoção de medidas em retaliação.

A opção do governo do Presidente Getúlio Vargas, adotada em 22 de agosto de 1942, por uma resposta armada, inseriu formalmente o Brasil no conflito armado e deu causa ao futuro envio da Força Expedicionária Brasileira, para atuar em combate em solo europeu, em 31 de março de 1944. Percebe-se, portanto, que entre a declaração da guerra e o primeiro envio de tropa para o front de batalha transcorreu um período de tempo considerável, aproximadamente dois anos, pois, conforme anteriormente destacado, fazer a guerra exige um amplo exercício civil e militar coordenado. Demanda a obtenção

---

<sup>14</sup> DIANTE do rude golpe e da trágica realidade, o exercito ergue-se, unido e confiante, na defesa da nacionalidade. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 22 ago. 1942, 1º caderno, p. 1.

<sup>15</sup> O BRASIL, em face dos atentados contra sua soberania, reconhece o estado de guerra com a Itália e Alemanha. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 23 ago. 1942, 1º caderno, p. 1.

de recursos financeiros, materiais e humanos, além de um intrincado exercício de logística, coordenação e gerenciamento, num esforço amplo e irrestrito que envolve a nação como um todo.

Tendo-se em conta a necessidade desse empenho coordenado, seja para convocar, arregimentar e treinar as tropas a serem utilizadas no front de batalha – aspectos que não serão abordados aqui, mas também e não menos importante a adoção, a implantação e a execução de uma série de medidas financeiras, de obtenção de determinados recursos materiais e da organização da defesa em eventual contra-ataque ao território e a população civil faz-se, a partir desse ponto a apreciação e estudo de tais aspectos. Procedeu-se aqui à reconfiguração e análise crítica do processo histórico no qual eles situam-se, mediante o exame exegético das notícias veiculadas pelo jornal Folha da Manhã, editado na cidade de São Paulo, entre agosto de 1942 e março de 1944.

Os jornais não são aqui entendidos como uma lente cristalina e translúcida para o real vivido, uma janela direta para o passado, parte-se do pressuposto de que os fatos não estão simplesmente reunidos e apresentados de forma involuntária nas suas páginas, prevalece o entendimento de tratar-se de uma seleção especial, uma ordenação peculiar, um conjunto de conteúdos específicos, organizados de acordo com uma materialidade linguística típica, dispostos numa narrativa característica.<sup>16</sup> Portanto, afastada a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio fato, as notícias jornalísticas, enquanto fontes históricas demandam exegese e crítica, como qualquer outro documento inserido nessa categoria. Contudo, são capazes, diante da sua regularidade e periodicidade, de fornecerem dados e informações que permitem recuperar ações e trajetórias, inacessíveis por outros meios, a partir de sua leitura, análise, crítica e síntese, trajetória aqui estabelecida e em cujo propósito elas serviram ao presente texto.

## **Em busca de recursos financeiros e materiais**

No momento em que o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, encontrava-se mergulhado em problemas econômicos e sofria com os efeitos de uma crise de grande escala, atrelada à perda de mercados na Europa. Tal situação implicava em severas

---

<sup>16</sup>Vide-se: DE LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. Editora Contexto, São Paulo, 2006; COIMBRA, Oswaldo. O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura. São Paulo: Ática, 1993 e SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria. Helena. Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo, SP: Summus, 1996.

limitações quanto aos recursos financeiros, efetivamente disponíveis, para custear a preparação material e humana inerente ao confronto bélico militar que se anunciava.

Tal condição levou o governo a optar pela venda de papéis, para fortalecer o caixa e assegurar os valores necessários à satisfação de tais despesas.<sup>17</sup> Foram lançadas as “obrigações de guerra”, títulos de dívida interna emitidos nos valores de 100, 200, 500, 1000 e 5000 mil cruzeiros. Negociáveis na bolsa de valores, elas tinham preferência sobre os demais títulos da dívida pública, embora os seus resgates estivessem vinculados ao fim da guerra. Garantidos pelo Tesouro Nacional, tais títulos detinham rendimento nominal de 6% ao ano, com vencimento semestral nos meses de março e setembro, seus juros eram computados nos vencimentos subsequentes e serviam, ao seu portador, como garantia em caso de empréstimos em qualquer banco.<sup>18</sup>

Para adquiri-los, primeiro o cidadão comprava o “título de subscrição”, não negociável e cuja transferência só era possível após a morte do proprietário e, depois de determinados prazos, era providenciada a troca do “título” pelo “bônus de guerra”, este sim um ativo ao portador que podia ser transmitido para outra pessoa a qualquer tempo.<sup>19</sup>

A subscrição pública de obrigações de guerra foi regulada pela portaria número 09 de 24 de outubro de 1942 e pelo decreto-lei número 4.789 de 05 de outubro do mesmo ano. A responsabilidade do seu recolhimento foi confiada a várias repartições: à caixa de amortização, no Rio de Janeiro, capital do Brasil, às delegacias fiscais, nos demais Estados e às alfândegas de Parnaíba, Santos, Paranaguá, São Francisco, Rio grande, Pelotas, Santana do Livramento, Uruguaiana e Corumbá. Já no exterior os brasileiros podiam obtê-las na delegacia do tesouro em NY ou nos consulados espalhados por várias nações, sendo que nesses casos, a sua emissão, resgate e circulação ficaram a cargo do Serviço de Obrigações de Guerra.<sup>20</sup>

No lançamento dos “bônus de guerra”, em 11 de novembro de 1942, o comprador do primeiro título foi o advogado e comerciante José Mendes de Oliveira Castro, morador do Rio de Janeiro que adquiriu uma “obrigação de guerra” voluntária

---

<sup>17</sup> O BRASIL vai emitir bônus de guerra. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 4 out. 1942, 1º caderno, p. 3.

<sup>18</sup> SEU FILHO poderá ser chamado [Propaganda] *Folha da Manhã*, S. Paulo, 13 jun 1943, 1º caderno, p. 7.

<sup>19</sup> TERÁ início dia 10 de novembro a subscrição pública de “obrigações de guerra”. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 29 out. 1942, 1º caderno, p. 3.

<sup>20</sup> *Ibid.*



no valor de 50 mil cruzeiros, tendo sido ao final do expediente do dia negociada a significativa quantia de CR\$ 11.421.300 nesses papéis.<sup>21</sup>

Inicialmente previsto apenas como de aquisição voluntária, não tardou para que esses títulos fossem elevados à condição de investimento compulsório, para determinados segmentos, a saber, os contribuintes do imposto de renda e os trabalhadores associados aos sindicatos e caixas de aposentadorias e pensões.<sup>22</sup>

A partir de janeiro de 1943, foi estipulado que os contribuintes do imposto de renda estavam obrigados ao pagamento das contribuições de guerra, equivalentes ao valor do imposto devido no ano anterior, mediante um aporte anual dividido em 12 parcelas, com multa de 10% em caso de mora nos pagamentos, sendo os seus respectivos “bônus de guerra” entregues no momento da liquidação global das cotas.<sup>23</sup> Já os trabalhadores associados aos sindicatos e caixas de aposentadorias e pensões passaram a serem submetidos ao recolhimento obrigatório mensal de 3% de seus salários, descontados diretamente no holerite, os quais somados eram devolvidos em títulos de “Obrigações de Guerra”, ao final de cada semestre.

Na primeira semana de implantação da arrecadação compulsória das obrigações de guerra foi obtido o expressivo valor de CR\$ 23.027.964,00. Sendo que ao final do primeiro mês, só no Estado de São Paulo foi angariado mais de 18 milhões de cruzeiros. Entre janeiro a julho chegou-se a expressiva quantia de Cr\$ 436.648.172,90, com destaque para a arrecadação no Rio de Janeiro, de Cr\$ 184.083.733,60 e, em São Paulo, de Cr\$ 145.043.046,90, seguidos por Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.<sup>24</sup>

O governo realizou várias campanhas para intensificar a venda desses papéis, entre elas uma, em outubro de 1943, feita pela associação dos empregados do comércio da cidade de São Paulo sugeria que, no natal daquele ano, todos os brasileiros e, em especial, os comerciários ao invés de darem presentes aos parentes e amigos dessem

---

<sup>21</sup> SUBSCRIÇÃO pública de “Obrigações de guerra”. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 12 nov. 1942, 1º caderno, p. 4.

<sup>22</sup> O RECOLHIMENTO das quotas de “Obrigações de guerra”. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 9 out. 1942, 1º caderno, p. 2.

<sup>23</sup> OS MILITARES e o pagamento dos “bônus de guerra”. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 16 fev 1943, 1º caderno, p. 3. e ESCLARECIMENTOS sobre a subscrição de “bônus de Guerra”. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 20 fev. 1943, 1º caderno, p. 3.

<sup>24</sup> Cf. FACULTADO o pagamento de “obrigações de guerra” por meio de cheque. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 9 jan. 1943, 1º caderno, p. 3., DEZOITO milhões de cruzeiros no primeiro mês de arrecadação das “Obrigações de guerra” em São Paulo. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 5 fev. 1943, 1º caderno, p. 4. e O TOTAL da subscrição de bônus de guerra de janeiro a junho. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 4 ago. 1943, 1º caderno, p. 3.

“bônus de guerra”. O resultado desse movimento coordenado e sistemático foi que transcorrido um ano do início da emissão dos títulos, de compra voluntária e os de aquisição compulsória, chegou-se a impressionante arrecadação de Cr\$ 724.032.331,60, do quais aproximadamente 40% era oriundo do Rio de Janeiro, responsável por Cr\$ 278.729.032,60, conforme os dados de janeiro de 1944.<sup>25</sup>

Outra fonte de recursos financeiros no esforço de guerra do Brasil foram as doações feitas por cidadãos ou por entidades civis, a partir de campanhas. Em setembro de 1943, contribuições escolares do Estado de São Paulo foram recebidas pela direção geral do departamento de educação para a compra de um avião a ser doado às forças aéreas da nação. Grupos escolares e ginásios das cidades de Jaú, Barretos, Bauru, Batatais, São Paulo, Piracicaba, Mirassol, Marília entre outras, fizeram parte desta campanha.<sup>26</sup>

Em novembro de 1942 houve uma cerimônia de entrega ao Presidente Getúlio Vargas de cheques de cidadãos de diversos estados, totalizando Cr\$ 12.843.175,00 para a aquisição de aviões para a aeronáutica nacional. Nessa oportunidade, o interventor paulista Fernando Costa ofertou mais de quatro milhões de cruzeiros, produto de subscrição popular e aproximadamente 500 mil de recursos doados pelo governo estadual. No final do mês, houve a entrega pelos profissionais da imprensa de um cheque de 40 mil cruzeiros para o Ministro da Aeronáutica na sua visita a São Paulo, também destinado à aquisição de aeronaves de guerra.<sup>27</sup>

Diante do excesso de pedidos de licença nas delegacias para a realização de campanhas, através de lista ou urnas para a arrecadação de fundos por entidades e organizações, em janeiro de 1943, o Ministro Salgado Filho vedou tais coletas públicas, restando proibida tal prática, admitindo-se, a partir daí, tão somente doações individuais ou institucionais.<sup>28</sup>

Embora restritas às iniciativas voluntárias as ofertas persistiram, registrando-se, entre outras, a doação de avião de treinamento para a guerra feita pela colônia húngara

---

<sup>25</sup> CAMPANHA para intensificar a venda de bônus de guerra. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 14 out. 1943 1942, 1º caderno, p. 4. e RECOLHIMENTO da subscrição de Obrigações de guerra. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 27 jan. 1944, 1º caderno, p. 4

<sup>26</sup> PROSSEGUEM com entusiasmo cada vez mais generalizado as manifestações patrióticas do povo bandeirante. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 23 set. 1942, 1º caderno, p. 5.

<sup>27</sup> MAIS de 12 milhões de cruzeiros para compra de aviões. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 13 nov. 1942, 1º caderno, p. 3. e VIAJANDO num avião da F.A.B., chegou ontem de manhã esta capital o Sr. Salgado Filho, ministro da Aeronáutica. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 1 nov. 1942, 1º caderno, p. 5.

<sup>28</sup> NÃO devem ser feitas coletas públicas para aquisição de aviões. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 3jan 1943, 1º caderno, p. 5.

do Brasil, sediada em São Paulo.<sup>29</sup> A coleta de 85 mil cruzeiros pelos alunos da escola primária do Estado de São Paulo, repassados ao centro acadêmico “onze de agosto” que complementando-os adquiriram um avião, oferecido à força aérea do Brasil.<sup>30</sup> E finalmente, a contribuição feita pela Comunidade do Fole para a Força Aérea Brasileira e para a Real Air Force, da Inglaterra, no valor de 100 mil cruzeiros, sua sexta contribuição como parte da quantia global ofertada de Cr\$ 1.600.000,00, dividida entre a FAB e a RAF.<sup>31</sup>

Além da necessidade de recursos financeiros, o esforço de guerra trouxe ao Brasil a demanda pela posse de determinados materiais estratégicos, no caso metais e borracha, para repassar aos aliados ou para uso próprio. Condição que levou o governo Vargas a fazer campanha para arrecadá-los entre a população civil. No caso dos metais a iniciativa governamental priorizou a coleta de zinco, chumbo, latão, estanho, alumínio, bronze e ferro. Contudo, foi necessário orientar a população informando-lhe quais metais eram de fato reaproveitáveis, pois, folhas de flandres – *liga metálica de folhas de ferro estanhado, utilizadas na fabricação de latas para acondicionar alimentos e óleos e em utensílios domésticos e industriais* - ou ferro enferrujados não serviam para a indústria da guerra.<sup>32</sup>

Já a campanha da borracha usada ocorreu durante o mês de julho de 1943, mediante a coleta de luvas, solas, bicos de mamadeiras, tênis, sapatos, galochas, cortinas de banheiro, descansos para mesas, aventais, pneus, câmaras de ar, sacos de gelo e água quente e brinquedos que não estivessem em uso, visando o reaproveitamento da borracha presente em tais objetos. O recolhimento foi concentrado nas escolas, tendo sido os alunos das redes de ensino primárias, secundárias e profissionais, sob a supervisão geral da Legião Brasileira de Assistência, incumbidos de arrecadar o material doado nas residências, no comércio e nas indústrias.<sup>33</sup>

<sup>29</sup> VALIOSA contribuição da colônia húngara do Brasil a aviação nacional. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 1 jan. 1943, 1º caderno, p. 9. e REALIZADO o batismo do avião “Kossuth” doado aos estudantes de direito, pela colônia húngara de São Paulo. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 02 fev. 1943, 1º caderno, p. 9.

<sup>30</sup> SOLENEMENTE batizado ontem no largo de São Francisco o avião “Rui Barbosa” doado aos estudantes de direito. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 1942, 1º caderno, p. 6.

<sup>31</sup> NOVA contribuição da comunidade do fole em São Paulo à R.A.F. e à F.A.B. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 15 out. 1943, 1º caderno, p. 7.

<sup>32</sup> OPINIÃO de um oficial do serviço bélico sobre a campanha do metal entre nós. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 17 out. 1942, 1º caderno, p. 5.

<sup>33</sup> INICIA-SE amanhã, no país, a campanha do reaproveitamento da borracha. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 1 jul 1943, 1º caderno, p. 5. E A COLETA de borracha usada. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 2 jul. 1943, 1º caderno, p. 2. E INICIA-SE hoje a “campanha da borracha usada”. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 1 jul. 1943, 1º caderno, p. 3.

Incentivou-se, nacionalmente, que os proprietários de pneus e câmaras os vendessem nos postos de gasolina, com valores entre Cr\$ 12,00 a CR\$ 20,00 cada, no caso daqueles, e de CR\$ 3,00 a CR\$ 7,00 dessas. Caso tais objetos fossem recolhidos por estudantes eles eram levados diretamente para as escolas e o dinheiro resultante da venda destinado a FAB. Exitosa essa empreitada obteve só no Estado de São Paulo, mais de 500 toneladas de borracha, sendo 230 nas cidades do interior e mais de 300 na capital, durante o mês de sua vigência.<sup>34</sup>

## **A reorganização produtiva: mão de obra e indústria bélica**

Num exercício de guerra eficiente há que se convergir não somente recursos financeiros e materiais, mas também as potencialidades produtivas, mediante a reordenação da produção e da mão de obra, em favor do esforço militar.<sup>35</sup> A declaração de guerra aos países do Eixo levou o governo brasileiro a criar cursos de capacitação profissional, fazer campanhas de incentivo para a produção de gêneros alimentícios e a atualizar a produção nacional, sob a lógica de uma economia de guerra.

A primeira ação adotada foi tentar sanar a carência de determinados tipos de operários por intermédio da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em setembro de 1942, para coordenar e oferecer cursos de aprendizagem industrial, ampliando, desse modo, os quadros de trabalhadores qualificados, necessários à indústria civil e militar.<sup>36</sup> O SENAI contemplou, inicialmente e de forma emergencial, os seguintes cursos: mecânico, furador, torneiro, aplanador e fresador, chapas e instalações para caldeiras, funileiro, encanador, solda, fundição, eletrotécnica, carpintaria naval, motores a gasolina, diesel e para aviação.

Em sequência a Secretaria da Agricultura de São Paulo mobilizou os produtores rurais do Estado para que cultivassem uma maior variedade de víveres, necessários para a alimentação dos soldados convocados. Os camponeses que trabalhavam apenas com monoculturas, tais como café e algodão, foram estimulados a introduzirem em suas propriedades, o plantio de arroz, feijão e, também a investirem na pecuária. Para tanto, o

---

<sup>34</sup> DESENVOLVE-SE proveitosamente em São Paulo a campanha da borracha usada. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 3 jul. 1943, 1º caderno, p. 8. E ENCERRA-SE hoje em todo o Estado a campanha da borracha reaproveitável. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 15 jul.1943, 1º caderno, p. 12.

<sup>35</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo, Geração Editorial/Edusp, 2000.p. 15.

<sup>36</sup> A MOBILIZAÇÃO da mão de obra. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 26 set.1942, 1º caderno, p. 4.

órgão intensificou a distribuição e a venda de sementes para ajudar a diversificação dos cultivos e, por intermédio do Comitê de Fomento da Produção Agrícola, destinou técnicos e agrônomos para prestarem assistência aos agricultores.<sup>37</sup>

Os trabalhadores passaram a serem considerados soldados mobilizados, a Federação das Indústrias e o Comando da Segunda Região Militar catalogaram todas as indústrias e fábricas paulistas, identificando as suas respectivas atividades e mapeando os seus quadros de funcionários, de modo que a futura convocação dos combatentes não prejudicasse a produção. Foram enviadas fichas pra todos os estabelecimentos, solicitando a classificação, por parte dos dirigentes, dos funcionários em três categorias: “os indispensáveis”, os “substituíveis em até 60 dias” e os “dispensáveis”.

O empregado de difícil substituição, cuja ausência ocasionasse a suspensão das atividades ou a queda da produção industrial, era considerado “indispensável” e não seria convocado para fazer parte das forças de combate brasileiras. Aqueles operários importantes, mas não essenciais, ou seja, os “substituíveis em 60 dias”, após a convocação deveriam esperar, até dois meses, no posto de trabalho para que o empregador conseguisse um substituto para a sua função na fábrica e, depois, deveriam seguir até o corpo militar no qual deveria apresentar-se. Finalmente os “dispensáveis” deveriam ser incorporados imediatamente ao serem chamados, já que a sua ausência não causava prejuízo para a produção.<sup>38</sup>

Obviamente, a excepcionalidade dessa situação resultou em abusos. Por exemplo, um empregado paulista, considerado “substituível em 60 dias”, convocado em outubro de 1942, teve de pedir na justiça seus salários durante os dois meses que permaneceu na fábrica, pois, teve seu ordenado retido pelo empregador, situação que não era permitida por lei. No julgamento, obteve parecer favorável e seu patrão foi obrigado a pagar-lhe, pelo período que lá permaneceu até a sua definitiva incorporação ao serviço militar, o equivalente a dois terços dos vencimentos que recebia antes de ser chamado.<sup>39</sup>

Durante esse processo de reordenação do sistema produtivo, determinadas unidades foram convertidas em indústrias de interesse militar, sendo os seus trabalhadores submetidos a regulamentações específicas. Com o objetivo de evitar

---

<sup>37</sup>AFIM de tratar da cultura de cereais e da multiplicação do rebanhos, reunir-se-ão os lavradores do Estado. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 3 out. 1942, 1º caderno, p. 4.

<sup>38</sup> COMO se processará, no Estado de São Paulo, a mobilização dos operários de nossos estabelecimentos industriais. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 22 out. 1942, 1º caderno, p. 5.

<sup>39</sup> SITUAÇÃO dos empregados quando convocados para o serviço militar. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 28 out. 1942, 1º caderno, p. 2.

paradas e assegurar o funcionamento de tais linhas de montagens disciplinou-se que a falta ao trabalho de um funcionário, por oito dias consecutivos, sem justificativa legítima, seria considerada crime de deserção, passível de punição de um a quatro anos de reclusão. Já as faltas injustificadas, inferiores a oito dias, seriam punidas com multa de 03 dias salários para cada dia perdido, nos termos do decreto 4.937 de 09 de novembro de 1942.

Fixou-se que a atribuição da condição de estabelecimento de interesse militar às unidades produtivas seria feita mediante a aprovação, pelo Presidente da República, das indicações dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica. Uma vez designados como tal, eram-lhes destinados os reservistas para que ali prestassem serviço até que lhes fosse declarado outro destino por autoridade competente. Firmado o arcabouço normativo, em fevereiro de 1943, o Presidente Getúlio Vargas declarou de interesse militar as seguintes fábricas civis: Andor Bokor, Companhia nacional de ferros IGA, Exata Ltda., Indústria do aço e metais Ltda., Mecânica Carioca, do Rio de Janeiro; General Motors e Cia, PirieViloes e Cia, situadas no Estado de São Paulo e a Companhia Belgo-Mineira, em Minas Gerais.<sup>40</sup>

De sorte que em outra esfera de atuação, embora não militarizadas, determinadas fábricas civis foram incorporadas ao esforço bélico-militar, para suprir as demandas preparatórias para o conflito. A Companhia Aeronáutica Paulista, com sede em Utinga foi contratada, em outubro de 1942, para a construção de 20 aeronaves de treinamento primário, os CAP-1 Planalto<sup>41</sup> e, em abril do ano seguinte, recebeu a encomenda de 200 aeronaves de exercícios primários dos modelos CAP-4 Paulistinha.<sup>42</sup>

Na construção desses aviões o aço, a madeira, as chapas, as hélices e as rodas eram nacionais, já os instrumentos de vôo e os motores eram importados dos EUA pela Companhia Nacional da Aviação e montados em São Paulo. Contudo, previa-se que,

<sup>40</sup> DECLARADAS de interesse militar várias fabricas do país. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 27 fev. 1943, 1º caderno, p. 4.

<sup>41</sup> Com peso total de 390 kg, capacidade de carga de 230 kg, velocidade de 185 Km/h, altitude máxima de quatro mil metros, envergadura de 8,60 metros e altura de 2,10 metros essas aeronaves possuía motor de 90 HP. Criados pelo aviador Clay do Amaral aplicava-se na sua construção exclusivamente madeira, condição que reduzia o seu peso. Dotado de apenas um motor e dois lugares, a sua produção simples o tornava de baixo custo, em média 87 mil cruzeiros enquanto um avião norte americano era vendido por 255 mil. Cf. SERÃO construídos em S. Paulo aviões para a F.A.B. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 25 out. 1942, 1º caderno, p. 7. E ESTÁ instalada no território nacional uma das mais modernas e completas fabricas brasileiras de aviões. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 29 out.1942, 1º caderno, p. 4.

<sup>42</sup> Usado para treinamento primário, com motor silencioso de 65 HP, peso de 320 kg, carga máxima de 217 kg e velocidade de 150 km/h. Cf. ESTÁ instalada no território nacional uma das mais modernas e completas fabricas brasileiras de aviões. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 29 out.1942, 1º caderno, p. 4. E ESTÁ instalada no território nacional uma das mais modernas e completas fabricas brasileiras de aviões. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 29 out.1942, 1º caderno, p. 4.

brevemente, a indústria aeronáutica brasileira se desenvolveria a ponto de não precisar recebê-los do exterior. Nutria-se a expectativa de que tais componentes pudessem ser produzidos inteiramente no Brasil, numa fábrica dirigida pelo engenheiro Jorge da Rocha Fragoso, encarregada já aquela época da produção de peças sobressalentes para os equipamentos importados.<sup>43</sup>

## **Organização do sistema de defesa: treinamento civil e criação de sistema de defesa territorial**

A guerra além da capacidade ofensiva demanda, também, a proteção das tropas, equipamentos, armamentos e acampamentos no front de batalha, assim como, o resguardo do próprio território de ataques por parte do inimigo, nas hipóteses em que os conflitos não ocorrem em solo nacional. Nesse sentido, um esforço de guerra exige aos países beligerantes garantir, além da defesa dos soldados no campo do combate, o resguardo de seus territórios e de sua população civil e a garantia dos meios de produção, necessários à manutenção do abastecimento de suprimentos, armamentos e munições aos combatentes.

Declarada a guerra, o primeiro passo dado pelo governo de Getúlio Vargas para assegurar a proteção do território brasileiro de ataques alemão ou italiano foi a organização do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, sob os cuidados do Ministério da Justiça, em agosto de 1942.<sup>44</sup> Tal iniciativa levou, na cidade de São Paulo, a elaboração de projetos de construção de abrigos cobertos e trincheiras para proteção da população, nas praças e jardins públicos e em ações junto aos cidadãos para que, futuramente, colaborassem com a defesa passiva instalando abrigos simples em seus quintais, chácaras e sítios.<sup>45</sup>

Alguns meses depois, já em 1943, a Superintendência de Defesa Passiva, em virtude do medo do bombardeio pela força aérea alemã, das áreas litorâneas brasileira, adotou a redução sistemática da iluminação nesses locais. Determinou que a noite nas cidades costeiras as luzes fossem apagadas de forma alternada, proibiu o uso de fogos de

<sup>43</sup> SERÃO construídos em S. Paulo aviões para a F.A.B. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 25 out. 1942, 1º caderno.

<sup>44</sup> CRIADO o serviço de defesa passiva antiaérea em todo o país. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 27 ago. 1942, 1º caderno, p. 3.

<sup>45</sup> CONSTRUÇÃO de trincheiras-abrigo públicos e particulares. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 4 nov. 1942, 1º caderno, p. 3. e O PRIMEIRO abrigo de antiaéreo de São Paulo se localizará na praça João Mendes. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 21 nov. 1942, 1º caderno, p. 5.

artifício e de sinalizadores de alertas no topo dos prédios e ordenou o desligamento das vitrines de lojas a partir das 21 horas.

Em um raio de dez quilômetros de distância do mar, estipulou que fossem desligados todos os anúncios brilhantes, assim como as luzes externas de residências e de estabelecimentos públicos ou particulares. Devendo-se conter o vazamento de luminosidade em janelas, portas e sacadas dos prédios, com vista para o oceano. Foram proibidas as festas próximas ao litoral e, inclusive, nessas áreas os veículos deveriam circular com faróis apagados, quando próximos à praia.<sup>46</sup>

Na capital federal foi proibida a iluminação da orla e os prédios altos, com ou sem sacadas, no Leblon, Ipanema, Leme e Praia Vermelha, assim como, em todo o trecho visível do mar desde o Flamengo até o Calabouço, deveriam permanecer às escuras. Nas zonas altas e ruas transversais em relação à praia, a população foi orientada a manter fechadas todas as aberturas que pudessem emitir claridade para o oceano. Seja por meio da pintura, com tinta escura, de todas as vidraças voltadas para o mar ou através do uso de cortinas opacas. Determinou-se que fossem reduzidas ao mínimo as luzes dos bondes e foram proibidas fogueiras, tudo isso sob a fiscalização das diretorias, nacional e regional, de defesa passiva, auxiliadas pela polícia civil.<sup>47</sup>

Ocorreu nesse período, o início dos exercícios de escurecimento promovidos pela Superintendência de Defesa Passiva como medida de segurança, repetidos a exaustão, principalmente na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro. Tratava-se tática defensiva a ser adotada em caso de bombardeio da força aérea alemã, cuja finalidade seria limitar a eficiência desse ataque, pois com a cidade as escuras caso os pilotos lançassem bombas o fariam as cegas, já que àquela época os aviões de combate não eram dotados de radares.

Funcionava assim, se as luminárias das ruas não se acendessem no horário habitual era o sinal de que o treinamento estava começando. Nesse caso, as ordens eram para que ninguém ligasse nenhuma luz das residências até as 18h54min, condição que valia, também, para os anúncios luminosos. Todos deveriam aguardar até que as luzes dos postes nas vias públicas estivessem acesas para acionarem qualquer de suas lâmpadas residenciais.<sup>48</sup> A finalidade desses exercícios era treinar a população para que num

<sup>46</sup> REDUÇÃO da iluminação das cidades em todo o litoral como medida de defesa. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 7 ago. 1943, 1º caderno, p. 3.

<sup>47</sup> PROIBIDA pelo Serviço de Defesa Passiva a iluminação da orla do Rio de Janeiro. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 11 ago. 1943, 1º caderno, p. 4.

<sup>48</sup> NESTA semana, tudo deve permanecer apagado até às 18 horas e 54 minutos. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 9 dez. 1942, 1º caderno, p 5.



eventual ataque aéreo ela soubesse os procedimentos a serem adotados, pois a presença do parque industrial e dos diversos quartelamentos militares fazia da cidade de São Paulo um alvo em potencial.

Tais exercícios envolviam o *Black out total* que consistia em desligar completamente as luzes da cidade, situação na qual todos os pedestres e motoristas dos carros deveriam cessar seus fluxos e se dirigirem aos prédios mais próximos para procurarem abrigo. O escurecimento deveria ser total, ou seja, nenhuma luz deveria ser acesa, nem mesmo nos hospitais. Normalmente, esse tipo de treinamento acontecia por apenas cinco minutos.<sup>49</sup> Já o *Black outparcial*, mais comum, não exigia o cessar do fluxo dos veículos e pedestres, as luzes das ruas permaneciam acesas, porém eram apagadas alternadamente, sendo reduzidas à metade.

Durante os treinamentos os moradores poderiam acender as lâmpadas de apenas dois cômodos em suas residências, desde que tais espaços não tivessem portas, clarabóias ou janelas voltadas para a rua. As fabricas que necessitassem continuar o trabalho durante o treino e/ou as casas que possuíam cômodos com janelas, clarabóias ou portas para a rua deveriam pintar as vidraças de preto ou cobri-las com panos escuros, para manterem a iluminação restrita ao ambiente interno. Já aos pedestres era recomendado circularem exclusivamente pela calçada, usarem roupas claras, se possível, ou uma faixa branca no braço e só sair de casa em situações de real necessidade. Nessas situações, os carros só estavam autorizados a trafegar com velocidade de até trinta quilômetros, os motoristas eram orientados a permanecerem à direita da via, já os veículos deveriam ter os faróis cobertos com tinta ou tampados com tecido preto, deixando a vista apenas um pequeno feixe de luz para ser visto pelos outros autos e transeuntes.<sup>50</sup>

O primeiro exercício de escurecimento foi realizado às dez e trinta da noite, no dia 14 de setembro de 1942, em Niterói no Estado do Rio de Janeiro. Após explosões de foguetes sinalizadores e o toque de sirenes foi dado início ao treinamento com o desligamento total da iluminação pública, enquanto aviões sobrevoaram a cidade simulando um bombardeio. Prontamente, todas as atividades comerciais foram

---

<sup>49</sup> ESPERAM-SE completos resultados com os exercícios do segundo “Black-out” parcial da cidade de S. Paulo, a serem realizados sexta-feira próxima. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 23 set. 1942, 1º caderno, p. 5.

<sup>50</sup> ESTÃO sendo ultimados os preparativos para o exercício de “Black-out”, sexta-feira próxima, nesta capital. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 16 set. 1942, 1º caderno, p. 3.

paralisadas, assim como o tráfego de veículos, enquanto era encenada a tomada de assalto da cidade.<sup>51</sup>

Já no caso da cidade de São Paulo, o primeiro treinamento de escurecimento aconteceu no dia 18 de setembro de 1942, tendo sido repetido, a partir daí, em inúmeras sextas-feiras, após o pôr do sol, para educar devidamente a população. O ensaio inicial foi executado apenas na zona leste da capital paulista, depois foi a vez da região oeste e, finalmente, da cidade inteira. Como ainda não haviam sido construídos os abrigos aéreos projetados, a recomendação era que os civis se escondessem nos porões, adegas, salas centrais de prédios ou lugares com paredes reforçadas.<sup>52</sup>

O não cumprimento por parte da população das determinações com relação aos exercícios de escurecimento poderia gerar severas punições. Quem fosse flagrado desobedecendo corria o risco de ser preso e apresentado na superintendência da segurança política e social. Dependendo da falta cometida o cidadão poderia ficar detido por até dois anos, penalidade que podia ser aplicada também, aos proprietários de estabelecimentos que permitissem falhas em suas instalações e comprometessem o bom funcionamento do treinamento.<sup>53</sup>

Os primeiros exercícios na cidade de São Paulo foram tumultuados e com diversos erros, os escurecimentos parciais não eram anunciados, estavam apenas previstos para acontecerem nas sextas-feiras, assim que a luz natural fosse extinta, precedidos por um *Black outtotal* de cinco minutos. Nesses treinamentos iniciais muitos moradores não vedaram completamente as laterais e os fundos das suas residências, outros saíram de suas casas antes do começo da atividade deixando luzes acesas, prejudicando a estratégia. Nesse caso, a determinação da Diretoria Nacional de Defesa Passiva foi para que, se necessário, os vigilantes e monitores arrombassem e apagassem tudo o que tivesse sido esquecido ligado nos domicílios. Uma boa parte dos motoristas não cobriu os faróis de seus veículos, ao invés disso apagaram-nos, o que não era correto. Além do mais, não atenderam a determinação de fixar uma faixa lateral nos carros de cinco centímetros pintada com tinta branca ou fosforescente, essencial para a visualização do automóvel pelos demais condutores e pedestres.

---

<sup>51</sup> OBTIVERAM pleno êxito os exercícios de escurecimento realizados ontem em Niterói. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 15 set. 1942, 1º caderno, p. 3.

<sup>52</sup> SERÃO realizados sexta-feira próxima, pela primeira vez, em S. Paulo, exercícios práticos de “Black-out” **Folha da Manhã**, S. Paulo, 15 set. 1942, 1º caderno, p. 7.

<sup>53</sup> ACERTADAS todas as medidas para a realização, hoje, dos primeiros exercícios de “Black-out” nesta capital. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 18 set. 1942, 1º caderno, p. 5.

A partir do quarto exercício, em 16 de outubro, aplicou-se uma nova estratégia, sinais de alerta foram adotados para avisar a população do seu começo e fim. Para ameaça eminente e conseqüente início do treinamento, sirenes e apitos com silvos de 20 segundos e intervalos de 10 segundos em oito toques e sinos em repiques rápidos, durante 3 minutos. Fim do alerta e encerramento do exercício: sirenes e apitos, durante 3 minutos contínuos e os sinos tocando durante alguns minutos em dobres longos, graves e intermitentes. Essa nova organização melhorou a eficiência dos treinamentos habilitando a população a essa coordenação tática e estratégica.<sup>54</sup>

O passo seguinte foram os exercícios de alarme antiaéreo durante o dia, primeiramente realizado às 14 horas do dia 22 de outubro, no Rio de Janeiro, ocasião em que a população foi direcionada para os abrigos, bondes e automóveis ficaram estacionados, o comércio ficou parado por meia hora, permanecendo a cidade deserta.<sup>55</sup> Já em São Paulo o teste inicial nessa modalidade aconteceu em 30 de outubro, o tráfego dos carros e dos pedestres foi interrompido, todos se abrigaram, passageiros, cobradores, condutores e transeuntes, o comércio, repartições, fabricas e escritórios foram fechados, enquanto os aviões da FAB sobrevoavam a cidade.<sup>56</sup>

Nos meses seguintes a Diretoria Nacional de Defesa Passiva realizou exercícios de escurecimento de surpresa, basicamente as orientações para a população era que mantivesse a calma e seguisse as três regras fundamentais: tudo para, todos se abrigam e tudo fecha. No caso de São Paulo, o ato inaugural dessa modalidade aconteceu no dia 10 de dezembro de 1942, o alerta foi dado às 19h15min da noite e o exercício terminou às 20 horas, observando-se que a cidade cessou o movimento e os cidadãos imediatamente procuraram abrigo, mostrando êxito na operação.<sup>57</sup>

Outras cidades do Brasil também receberam esse tipo de treinamentos, por exemplo, Natal, no Rio Grande do Norte que foi submetida ao *Black out total* por doze dias seguidos, desde o dia 17 de dezembro de 1942, como medida importante e urgente

<sup>54</sup> TOMADAS todas as providências para o êxito do exercício de “Black-out” a realizar-se hoje, promovido pelo Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 16 out. 1942, 1º caderno, p. 4.

<sup>55</sup> EXERCÍCIO de alarma anti-aéreo. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 21 out. 1942, 1º caderno, p. 2. E PRIMEIRO exercício de alerta diurno anti-aéreo. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 23 out. 1942, 1º caderno, p. 2.

<sup>56</sup> HOJE, entre as 13 e 16 horas, o primeiro exercício de “alerta diurno” em S. Paulo *Folha da Manhã*, S. Paulo, 30 out. 1942, 1º caderno, p. 5. E REALIZAR-SE-Á amanhã o primeiro exercício de alerta diurno, Nesta capital *Folha da Manhã*, S. Paulo, 29 out. 1942, 1º caderno, p. 5.

<sup>57</sup> A PROVA final dos exercícios de escurecimento será realizada de surpresa, em um dia qualquer desta semana. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 6 dez. 1942, 1º caderno, p. 20. E VERIFICOU-SE ontem nesta capital, obtendo completo êxito, o escurecimento total de surpresa organizado pelo Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea. *Folha da Manhã*, S. Paulo, 11 dez. 1942, 1º caderno, p. 8.

para a defesa da costa. Generalizando tais exercícios a partir de então, nos demais aglomerados urbanos do território nacional, incluso, a partir de junho de 1943, em todas as capitais dos estados brasileiros.<sup>58</sup>

Para completar o sistema de defesa territorial brasileira restava a necessidade de proteger as águas territoriais das forças do Eixo. Tal empreitada Getúlio Vargas dividiu, de bom grado, como o governo de Washington, mediante a autorização do envio de tropas estadunidenses ao país e da construção de instalações militares americanas no litoral nordestino, destinadas a proteção do Atlântico, incluso da costa brasileira<sup>59</sup> e ao auxílio da segunda frente de combate aberta no norte da África. A partir de fevereiro de 1943 a base aérea de Parnamirim em Natal/RN iniciou as suas operações, sob a autoridade do General de brigada Robert L. Walsh, pilotos decolavam diariamente para patrulhar o oceano Atlântico e para levar auxílios aéreos para a África e outras frentes de batalha dos aliados.<sup>60</sup>

Transcorridos aproximadamente 15 meses da declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha e a Itália, as demandas por recursos financeiros, abastecimento de metais e borracha, reorganização e capacitação do sistema produtivo de alimentação, obtenção de suprimentos e equipamentos militares, aeronaves e o treinamento da população civil para situações de defesa passiva estavam concluídos. O país estava preparado para ir à guerra? Aparentemente sim. Falta apenas saber como estavam os combatentes, contudo, esse tópico já é objeto para outro artigo. Por enquanto, encerra-se aqui o desafio de mostrar, nos aspectos acima mencionados o quanto foi árdua a tarefa de preparar-se para a guerra, nessa a(des)ventura que foi a participação brasileira na segunda guerra mundial.

---

<sup>58</sup> O EXERCÍCIO de obscurecimento realizado em todas as capitais **Folha da Manhã**, S. Paulo, 1 jul. 1943, 1º caderno, p. 4. E ESCURECIMENTO total em Natal. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 29 dez.1942, 1º caderno, p. 5.

<sup>59</sup>ALVES, Vágner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: autonomia na dependência?. In: OLIVEIRA, Dennison de. (Org.). **A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas**. 1ed.Rio de Janeiro - RJ: CEPHiMex, 2012.p. 102.

<sup>60</sup> DO AERÓDROMO de Parnamirim para as frentes de batalha das nações unidas. **Folha da Manhã**, S. Paulo, 23 fev. 1943, 1º caderno, p. 4.

## Considerações finais

Disputado no intrincado tabuleiro dos interesses táticos e estratégicos da Alemanha e dos EUA, o governo de Getúlio levou ao limite a dubiedade, até o momento em que se associou, definitivamente, aos americanos. A sua opção pelos EUA e pela causa aliada rendeu-lhe acordos comerciais, apoio técnico e financiamento para a construção de um complexo siderúrgico nacional, além da promessa de rearmamento do Exército. Em troca dessa aliança o Brasil concedeu a Washington autorização para a construção de bases militares no litoral nordestino e licença de pouso a aviões aliados nesses locais. Prometeu-lhes auxílio na patrulha para a proteção das rotas comerciais no oceano Atlântico e assumiu o compromisso de encerrar os acordos e transações comerciais com a Alemanha, Itália e Japão ou qualquer de seus países satélites, cessando os seus acessos aos recursos naturais nacionais.

Nesse contexto, os frequentes ataques desferidos pelos submarinos alemães a navios brasileiros foram apenas a centelha que acendeu a fogueira diante de uma situação explosiva que se configurava há algum tempo. Tais agressões não foram por si só o principal motivo que levou o Brasil à guerra contra a Alemanha ao lado dos americanos, foi apenas a última gota que fez transbordar uma relação já desgastada.

Declarada a guerra aos países do eixo um dos grandes desafios do país foi o de integrar as esferas civis e militares à situação de beligerância, ajustar a disponibilidade financeira, as potencialidades produtivas e obter os recursos materiais num esforço de guerra que fosse capaz de dar conta dos preparativos para o combate. Percebe-se, portanto, que a guerra é um ato militar e político que possui amplas e diversificadas dimensões, relacionadas a recursos econômicos, materiais, humanos, além de interesses, posições e estratégias cujos dados são cotidianamente jogados num instigante tabuleiro.

Nesse sentido, de acordo com as suas possibilidades, no desenrolar do conflito em questão o Brasil esteve presente à mesa de aposta, colocou em cena as suas demandas, ganhou vantagens e pagou o preço que lhe foi exigido ao se posicionar e ingressar no combate. Finalmente, fica claro que entre declarar a guerra e adentrar no campo de batalha existe uma grande distância. Fazer a guerra é uma tarefa complexa e gigante, a evidenciar que, de fato, a sua preparação dá-se em épocas de quietude, o que torna digna de relevo a afirmação de que embora as nações busquem a paz, nenhuma delas deve deixar de se preparar para a guerra, pois é dessa organização (treinamentos, equipamentos, munição, etc.) que dependerá as condições de seu efetivo ingresso e atuação num conflito real, nesse sentido a experiência brasileira de participação na II Guerra é reveladora.